

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 154

Período: 11/12/04 a 17/12/04

Franca – Brasil

- 1- Editorial critica nova Política Nacional da Indústria de Defesa
- 2- **Abertura de Arquivos I:** Decreto e Medida Provisória sobre abertura dos arquivos oficiais dividem opiniões
- 3- **Abertura de Arquivos II:** Salvo-conduto prorroga abertura dos arquivos da Guerrilha do Araguaia
- 4- **Abertura de Arquivos III:** Editoriais comentam polêmica sobre os arquivos da ditadura
- 5- **Abertura de Arquivos IV:** Denúncia indica que Aeronáutica queimou documentos
- 6- **Abertura dos Arquivos V:** Minas Gerais e Rio Grande do Sul abrem documentos da ditadura
- 7- Coluna opinativa critica posicionamento da Abin frente aos movimentos sociais
- 8- Relatório da associação de fiscais de radioproteção aponta falhas da Cnen e possibilidade de acidentes
- 9- Informações do Washington Post são desmentidas pela Cnen
- 10- FAB utilizará armas inteligentes
- 11- Governo indeniza Varig e descarta intervenção
- 12- Crimes posteriores à Lei da Anistia serão averiguados
- 13- Supremo Tribunal Federal desaprova transferência irrestrita de militares a instituições federais de ensino superior

Editorial critica nova Política Nacional da Indústria de Defesa

Segundo o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, os fatores que promoveram a redução da indústria bélica nacional devem ser repensados antes que o governo brasileiro implemente a Política Nacional da Indústria de Defesa. De acordo com o jornal, há 20 anos a indústria nacional de material bélico exportava cerca de um bilhão de dólares por ano e desenvolvia tecnologia de nível médio. Entretanto, após forte crise, a maioria destas indústrias faliu ou reduziu consideravelmente sua linha de produção. O novo plano de incentivo à indústria militar prevê o reequipamento de médio prazo das Três Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea) e para isso deve ser feita uma encomenda inicial de três bilhões de reais. Contudo, o *Estado* argumentou que o orçamento do Ministério da Defesa, aproximadamente quatro bilhões de reais, não comporta tal iniciativa, e que a Política Nacional da Indústria de Defesa acaba refletindo uma proposta irreal. De acordo com o jornal, a situação fiscal brasileira não permite um percentual fixo do orçamento anual para programas de aperfeiçoamento tecnológico da Defesa. (*O Estado de S. Paulo – Editoriais – 11/12/04*).

Abertura de Arquivos I: Decreto e Medida Provisória sobre abertura dos arquivos oficiais dividem opiniões

De acordo com o jornal *O Globo*, após a confusão da divulgação dos textos da medida provisória e do decreto que regulamentam a abertura dos arquivos oficiais secretos, assinados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 10, ficou evidente a divisão de opiniões dentro do governo sobre os documentos que devem ou não ser liberados. De um lado ficaram as Forças Armadas, contrárias à divulgação dos documentos da época do regime militar (1964-1985) e da Guerra do Paraguai, juntamente com o Itamaraty, que contesta a liberação dos papéis sobre as negociações entre presidentes acerca das fronteiras nacionais e de tratados. De outro o Ministério da Justiça e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os quais defendem a abertura dos arquivos, que segundo o secretário dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, será conduzida com sucesso pela recém-criada Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas. Esta comissão, formada por seis ministérios e coordenada pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu, tem como objetivo revisar a classificação dos arquivos para posteriormente torná-los público. Entretanto, a historiadora Célia Maria Leite Costa, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* opinou que a nova legislação para o sigilo de documentos oficiais é um retrocesso, pois trata a questão na perspectiva do governo, e não do Estado. Segundo a historiadora, a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas não deveria ter sido encarregada de decidir sobre o acesso aos documentos, o que deveria ser feito por técnicos e especialistas no assunto. O jornal *O Estado de S. Paulo* também informou que a Comissão interministerial tem poder de vetar o acesso a documentos mesmo após o término do prazo de sigilo, desde que as informações sejam consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado. Em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, Fernando Rodrigues contestou a nova regulamentação do governo argumentando que este não deu tratamento adequado ao assunto. Rodrigues critica a posição governista de querer saber qual o destino da informação requerida pelo cidadão, ou seja, se os interessados nos documentos desejam somente ver os papéis, ou se pretendem reproduzi-los. O líder do Partido Comunista do Brasil (PC do B) na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Edmilson Valentim, em coluna de *O Globo*, considerou que a abertura dos arquivos não se deve algum tipo de revanchismo e que a mesma assume também um caráter didático, uma vez que esclarecer acerca de momentos da história do país. Todos os jornais citados divulgaram os novos prazos para a abertura dos arquivos, que são de 30 anos para documentos ultra-secretos, 20 anos para secretos, 10 para confidenciais e 5 anos para os reservados. Acrescenta-se que estes prazos poderão ser renovados apenas uma vez. *O Estado de S. Paulo* afirmou ainda que o governo federal quer abrir imediatamente todos os arquivos secretos do país referentes ao período da ditadura e relatou que, de acordo com Miranda, o segredo só será mantido em casos excepcionais. Por este motivo o governo está requisitando todos os arquivos em poder das Forças Armadas, da Abin, da Polícia Federal e de órgãos de Estado. Nos casos das três Forças, os documentos devem ser encaminhados à Casa Civil para serem classificados e remetidos ao Arquivo Nacional. (Folha de S. Paulo – Brasil – 11/12/04; Folha de S. Paulo – Opinião – 11/12/04; Jornal do Brasil

– Brasil – 11/12/04; Jornal do Brasil – Brasil – 16/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 12/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/12/04; O Globo – O País – 11/12/04; O Globo – O País – 16/12/04; O Globo – Opinião – 16/12/04).

Abertura de Arquivos II: Salvo-conduto prorroga abertura dos arquivos da Guerrilha do Araguaia

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o governo federal conseguiu um salvo-conduto, expedido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, que dispensa ministros de Estado e outras autoridades de comparecerem a uma audiência no Tribunal Regional Federal (TRF) para discutir a quebra do sigilo de documentos da Guerrilha do Araguaia. A Advocacia Geral da União (AGU) argumentou que as autoridades convocadas para a reunião que aconteceria no dia 15 estavam sofrendo um constrangimento ilegal, pois o não comparecimento implicava em busca e apreensão, além de multa e responsabilidade criminal. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o salvo-conduto permitiu ao governo um tempo adicional para cumprir a ordem judicial da abertura desses arquivos. Entretanto, em nenhum momento o governo hesitou em descumprir a determinação judicial. O comandante da Marinha, almirante Roberto de Guimarães Carvalho, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, disse que sua Força possui documentos da época da ditadura militar, mas que não possui nada da Guerrilha do Araguaia. Segundo ele, os papéis sobre a guerrilha que estão lá são cópias repassadas pelo Ministério da Justiça. O comandante afirmou que aguarda decisões do governo para ver quais procedimentos a Marinha irá seguir em relação à abertura de arquivos. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 11/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 11/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/12/04; O Globo – O País – 11/12/04*).

Abertura de Arquivos III: Editoriais comentam polêmica sobre os arquivos da ditadura

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou editorial em que defende que alguns arquivos devem realmente ser mantidos em sigilo, para que a defesa, a diplomacia e a tecnologia nacionais sejam resguardadas. Mas o editorial explica que de forma alguma a necessidade de que alguns documentos sejam mantidos em segredo justifica o sigilo eterno. Segundo jornal documentos públicos só deveriam permanecer ocultos em casos excepcionais e, assim mesmo, por prazos determinados e a violação dessa regra configura violação dos princípios democráticos que norteiam a Constituição. O editorial comenta ainda a Medida Provisória (MP) baixada dia 09 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que revê os prazos de sigilo dados a documentos secretos, mas critica essa mesma MP por facultar a comissão de análise dos documentos considerar alguns documentos como “ameaça à segurança da sociedade e do Estado” e assim levar os documentos a passar por um processo jurídico muito longo, impossibilitando a abertura desses documentos à sociedade. Em outra coluna opinativa no mesmo jornal o advogado Saulo Ramos, critica que, diante da polêmica da abertura dos

arquivos da ditadura, não se fala sobre Ministério Público, onde, segundo o advogado, seus membros, em grande parte, “foram na época inquisidores fanáticos, arbitrários, subservientes, submissos à ditadura, terríveis”. O advogado diz ainda que os militares abriam o Inquérito Policial Militar (IPM) e atuavam de forma agressiva sustentadas pelo respaldo jurídico do respectivo Ministério Público. Depois, as peças do IPM eram remetidas à Justiça Comum (quando acabaram as auditorias de guerra) e caíam na mão do Ministério Público estadual, devidamente orientado e instruído pelo militar da área. Segundo o advogado a maior surpresa para os historiadores e famílias das vítimas, será a atuação dos procuradores da República e dos promotores públicos. Para ele os militares, sobretudo os antigos e velhos, gostavam de golpe legal, chamavam juristas para fundamentar seus atos de arbítrio, acreditavam estar defendendo a pátria contra os comunistas, que era ético matar a liberdade em nome da segurança contra a ameaça soviética. O Ministério Público interpretava a lei de acordo com esse desejo. (Folha de S. Paulo – Opinião – 12/12/04).

Abertura de Arquivos IV: Denúncia indica que Aeronáutica queimou documentos

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, uma reportagem veiculada por uma emissora de televisão no dia 12 relatou que documentos produzidos por órgãos de informação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, bem como de outras instituições ligadas à repressão do período militar, foram queimados recentemente na Base Aérea de Salvador. Segundo a reportagem, apenas 78 documentos teriam escapado do fogo. O Comando da Aeronáutica emitiu nota antes da veiculação da reportagem informando que toda a documentação, estimada em 30 toneladas de papéis, foi destruída em fevereiro de 1998, durante um incêndio nas dependências do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. A denúncia aponta que a queima de documentos classificados com o confidenciais, secretos e ultra-secretos do período de 1964 a 1994 teria ocorrido em uma área isolada dentro da base aérea. Os documentos remanescentes, encontrados nas cinzas do incêndio por um informante, serão encaminhados ao secretário de Direitos Humanos do governo, Nilmário Miranda. O perito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nelson Massini, após examinar os documentos concluiu que os mesmos são verídicos e que o incêndio deve ter ocorrido de 15 a 90 dias atrás. O *Estado* considerou que além de detalhar casos isolados, os papéis encontrados revelam que as investigações militares se estenderam ao período democrático. A historiadora Maria Aparecida Aquino manifestou a preocupação de que a destruição de documentos esteja ocorrendo em outras unidades militares. Além disso, os arquivos mais importantes podem ser destruídos, restando apenas aqueles de menos valor. O comandante da Aeronáutica já determinou uma ampla pesquisa de arquivos em todas as unidades militares, como já havia sido iniciado. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas estão relativamente tranqüilas com essas investigações, como declarou José de Alencar. Segundo a *Folha de S. Paulo*, a Base Aérea divulgou, no dia 13, uma nota na qual informou que tomou providências para esclarecer os fatos, lembrando ainda que a prática é considerada crime pelo Código Penal Militar. O Comando da Aeronáutica afirmou que “o método empregado” na queima dos documentos foi

incompatível com as normas regulamentares para esse tipo de procedimento. Segundo a nota, a unidade não guardava nenhum documento classificado do período do regime militar. Dessa forma, os documentos teriam sido tirados ilegalmente dos arquivos. Diante de poucos esclarecimentos até agora encontrados, a Força Aérea Brasileira (FAB) suspeita que tais documentos podem ter sido ilegalmente comercializados, já que se especula que muitos papéis estão nas mãos de militares, principalmente da reserva, e podem ser usados como objeto de barganha, venda e chantagem. Há a possibilidade, como consideram o ministro da Defesa, José Alencar, e o comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos da Silva Bueno, de que o surgimento dos documentos parcialmente queimados tenha sido forjado. O ministro autorizou o comandante a iniciar uma investigação sobre a incineração dos arquivos. A abertura do inquérito, como iniciativa da FAB, é uma forma de demonstrar seu interesse em dar transparência ao episódio, segundo José de Alencar. As investigações terão a participação da Polícia Federal e de procuradores do Ministério Público Federal. A Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, criada para analisar a abertura de arquivos oficiais, deve realizar seu primeiro encontro até sexta-feira desta semana. Eliane Cantanhêde, colunista da *Folha*, noticiou que os comandos das Forças Armadas suspeitam que o surgimento desses documentos seria uma operação de “contra-informação” para deixar mal a hierarquia militar aliada ao governo, confundir a opinião pública e dificultar as discussões sobre a abertura dos arquivos. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o Inquérito Policial Militar (IPM), a cargo do brigadeiro Ramon Borges Cardoso, terá um prazo de 40 dias para concluir seus trabalhos. Bueno disse que acionou os comandos da Aeronáutica para enviarem a Brasília todo o material relativo ao período da ditadura e pretende concentrar tudo em sua sede. O comandante afirmou ainda que tem se empenhado em atender a determinação do governo de encontrar os arquivos, particularmente os da Guerrilha do Araguaia, acrescentando que tudo será apurado e a que Força vai agir “rigorosamente dentro da lei”. De acordo com *O Globo*, Bueno determinou ao chefe do Sistema de Informações da Aeronáutica que continuasse pesquisando para verificar a possibilidade de encontrar documentos desse período. O presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) e ex-guerrilheiro, José Genoino, considerou inadmissível a destruição dos documentos na Bahia e defendeu o aumento do controle sobre esse tipo de arquivo, afirmou o jornal. A *Folha* informou que o Brasil não divulgou documentos dos órgãos de segurança que possibilitariam avaliar as ações de terrorismo de Estado autorizadas no período de ditadura. (Folha de S. Paulo – Brasil – 13/12/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 14/12/04; Folha de S. Paulo – Brasil - 15/12/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 14/12/04/ Folha de S. Paulo – Opinião – 15/12/04; Jornal do Brasil – Brasil - 14/12/04; Jornal do Brasil – Brasil – 15/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 13/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional - 15/12/04; O Globo – O País – 13/12/04; O Globo – O País – 14/12/04; O Globo – O País – 16/12/04).

Abertura dos Arquivos V: Minas Gerais e Rio Grande do Sul abrem documentos da ditadura

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o Arquivo Público Mineiro abriu a primeira parte do arquivo do extinto Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de Minas Gerais. O jornal informou que até maio do ano que vem, 99% de todo acervo estará liberado. Também foram abertos documentos do Ministério do Exército, pela Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura, abrigada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e pela Secretaria da Cultura Gaúcha. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, desde 1991 os documentos estão abertos para consulta no Arquivo Público do Paraná. Os documentos abertos pela comissão mostram o controle que o regime militar tinha sobre as pessoas que julgava suspeitas. O presidente da comissão, João Carlos Bona Garcia, pediu que as instituições mostrem à sociedade tudo o que está guardado e evitem a incineração. Segundo a superintendente do Arquivo Público Mineiro, Edilane Carneiro, as informações pessoais dos presos políticos só serão divulgadas para familiares. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 14/12/04*; *Jornal do Brasil – Brasil – 14/12/04*; *O Estado de S. Paulo – Nacional - 14/12/04*).

Coluna opinativa critica posicionamento da Abin frente aos movimentos sociais

Em coluna opinativa publicada no jornal *Folha de S. Paulo* o pesquisador Paulo Sérgio Pinheiro diz que quando trabalhava como assessor especial para o governador Franco Montoro (governador de São Paulo em 1984), recebeu por engano arquivos elaborados pelo Departamento de ordem política e social (Dops), relatórios sobre assembleias sindicais, líderes sindicais etc. parecidos com arquivos sobre opositores parlamentares, greves entre outros, do presidente Artur Bernardes (1927), que o pesquisador teve acesso em sua estada no governo Montoro. Segundo Pinheiro, ao ler a entrevista do diretor-geral da Agência brasileira de informações (Abin) notou que o governo federal, como há 80 anos ou há 20 anos, continua a espionar os movimentos sociais. Para ele a Abin tem conceitos iguais as concepções autoritárias da Velha República ou da ditadura militar. O jornal transcreveu algumas passagens da entrevista com o diretor da Abin: "Eles [os movimentos sociais] nem sabem o que estão pedindo. Eles estão protestando. Estão querendo farra e bagunça"; "Não fazemos infiltração, mas o governo quer saber onde há acampamentos e onde há milícias armadas"; acompanhar "uma situação de conflito no campo que é prejudicial ao Estado". Pinheiro diz que a Abin espiona para o governo movimentos reivindicativos e legais, atitude que faz parte de mentalidade autoritária que não serve mais ao país. O pesquisador defende ainda a abertura dos arquivos da ditadura militar, lembrando que países como África do Sul, Chile e Argentina fizeram relatórios oficiais onde as Forças Armadas reconheceram sua responsabilidade pelas violações passadas. (*Folha de S. Paulo – 12/12/04*).

Relatório da associação de fiscais de radioproteção aponta falhas da Cnen e possibilidade de acidentes

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que o Brasil pretende ampliar o seu programa nuclear, mas ainda conta com uma fiscalização frágil e desestruturada para garantir a segurança das instalações radioativas no país. Segundo o jornal, a Associação dos Fiscais de Radioproteção e Segurança Nuclear (Afen), além de especialistas consultados pelo jornal, apontam que a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) não possui poderes suficientes para obrigar usuários de fontes nucleares a seguir normas de segurança, além de sofrer com conflito de interesses dentro da comissão -que tem a função de estimular e, ao mesmo tempo, fiscalizar o uso de energia atômica (além do monopólio da exploração de urânio). O jornal informou ainda que relatório elaborado pela Afen em 2000 e reconfirmado neste ano afirma que há "possibilidade de ocorrência de acidentes nucleares e radiológicos em território brasileiro, fruto das vulnerabilidades existentes". A Cnen não tem instrumento legal para punir os controladores de usinas de energia, hospitais, clínicas, indústrias e mineradoras que não observam as normas de segurança ao manusear material radioativo. A falta de poder de polícia da Cnen faz com que muitos usuários não invistam na segurança. Em 2002, duas fontes de cézio-137 foram roubadas da Companhia Siderúrgica de Tubarão, no Espírito Santo. A fragilidade também se revela quando a comissão precisa resgatar fontes em desuso. Muitas dessas fontes, se roubadas, poderiam ser usadas para fabricar as chamadas bombas "suja". A Cnen, segundo documento elaborado por sua diretoria, também sofre com a falta de recursos humanos para cumprir suas funções. Para corrigir essas deficiências, a Afen quer uma legislação que garanta aos fiscais nucleares poderes de polícia. Segundo o jornal, a Cnen apóia a nova legislação, mas discorda em dar aos fiscais o poder de polícia. Em outra reportagem no mesmo jornal a Cnen é criticada por seu papel duplo, o de fiscalização da atividade nuclear no país e o monopólio da exploração de urânio. Segundo o jornal, o que preocupa, seria um suposto conflito de interesses dentro da instituição, além dos riscos que a sobreposição de atribuições poderia gerar. Em outra reportagem, neste mesmo jornal, o presidente da Cnen, Odair Dias Gonçalves, afirmou que o país é referência internacional no controle de fontes radioativas: "O Brasil tem o melhor sistema de segurança porque fomos obrigados a aprender com o caso de Goiânia [onde 7 pessoas morreram contaminadas com cézio-137, em 1987]. Somos considerados ponto de referência pela AIEA". (Folha de S. Paulo – Brasil – 12/12/04).

Informações do Washington Post são desmentidas pela Cnen

De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o jornal *The Washington Post* declarou que os responsáveis pela ofensiva de tirar o diplomata egípcio Mohamed el-Baradei da chefia da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) teriam incluído inicialmente o embaixador brasileiro Sérgio Duarte, que o jornal afirma ser um respeitado especialista em desarmamento e não-proliferação, na lista de seus possíveis sucessores. O jornal cita ainda fontes não identificadas do Departamento de Estado dos Estados Unidos que teriam afirmado que a candidatura de Duarte teria se tornado inviável porque o Brasil estaria sob investigação da AIEA por suspeita de atividade nuclear irregular. O presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Odair Dias Gonçalves, apontou

dois erros nas informações do *Post*. Em primeiro lugar, Gonçalves disse que o Brasil não está e nunca esteve sob investigação da AIEA por atividade nuclear suspeita. Ademais, ressaltou o presidente, o país obteve recentemente um acordo sobre os métodos de inspeção da usina de enriquecimento de urânio de Resende que foi elogiado pela própria Agência. O *Estado* informou que o acordo permitirá o início, nos próximos dias, da fase de testes da primeira cascata de centrífugas de um dos quatro módulos de enriquecimento leve de urânio previsto para a planta de Resende. Em segundo lugar, Gonçalves afirmou que o Brasil não tem candidato à sucessão de El-Baradei e que o país não participaria de uma manobra contra o diretor da AIEA. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 13/12/04).

FAB utilizará armas inteligentes

A Força Aérea Brasileira (FAB) adotará em breve dois sistemas desenvolvidos pela empresa israelense de tecnologia bélica Elbit, situada na cidade de Haifa, que já se tornou um pólo de alta tecnologia. Os pilotos brasileiros dos caças Super Tucano, usados no patrulhamento da Amazônia, terão a bordo um capacete especial, em cujo visor serão mostradas as principais informações sobre o vôo, conectadas a uma central computadorizada; e uma versão para uma bomba inteligente, em que o sistema permite que o piloto lance precisamente mísseis e bombas pelo movimento dos olhos. (Jornal do Brasil – Brasil – 15/12/04).

Governo indeniza Varig e descarta intervenção

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que a empresa aérea Varig receberá indenização do governo por possíveis perdas em razão do controle tarifário relativo a antigos planos econômicos. O governo, através do Ministro da Defesa, José de Alencar, determinou um regime de administração especial para a empresa, que atua em 29 aeroportos internacionais. Alencar ainda discutiu o processo de intervenção na Varig. O governo federal pode realizar intervenções em companhias aéreas em dificuldades financeiras, como previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica, em vigor desde 1986. Entretanto, Alencar negou que o governo tenha a intenção de efetuar uma intervenção imediata empresa e declarou que a solução para o problema não será anunciada neste ano. Diante dos problemas enfrentados pela Varig, a coordenadora do Grupo Parlamentar Misto em Defesa da Varig, deputada Yeda Crusius, entregou ao ministro uma proposta de criação de um regime de administração especial temporário da aviação civil. O programa, que recebe o nome de Proar, sugere um plano de recuperação no qual a Defesa seria autorizada a assumir o controle das empresas e recorreria ao mercado de títulos para fazer um encontro de contas com a União. O regime seria adotado em situações nas quais estivesse em risco a prestação de serviço devido à situação operacional, financeira e econômica da companhia aérea, de acordo com julgamento do Conselho de Aviação Civil. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 15/12/04; Jornal do Brasil – Economia – 16/12/04).

Crimes posteriores à Lei da Anistia serão averiguados

De acordo com o *Jornal do Brasil*, a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas vai identificar autores de crimes cometidos após a Lei da Anistia, de 1979. Segundo o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a lei perdoa apenas os crimes cometidos entre o golpe militar de 1964 e a Lei da Anistia. A discussão teve início após a decisão do governo brasileiro de mudar os prazos para a proteção de documentos secretos. Com a abertura dos arquivos do governo, existe a possibilidade de que crimes do período posterior à anistia sejam revelados. Já *O Estado de S. Paulo* noticiou que arquivos que contiverem informações sobre crimes cometidos fora do período abrangido pela anistia, que seria de 1947 a 1985, serão usados para a abertura de investigações. (*Jornal do Brasil – Brasil – 16/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/12/04*).

Supremo Tribunal Federal desaprova transferência irrestrita de militares a instituições federais de ensino superior

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o parecer da Advocacia Geral da União que permitia a transferência irrestrita de militares e seus dependentes para instituições federais de ensino superior foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no dia 16. De acordo com a Constituição Federal, a transferência entre unidades de ensino superior pode ocorrer de uma instituição pública para outra pública e de uma instituição privada para outra similar. (*Folha de S. Paulo – Educação – 16/12/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 16/12/04*).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

O *Informe Brasil* é uma produção do **Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP) e Guilherme Miranda (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.

